



Caro Leitor,

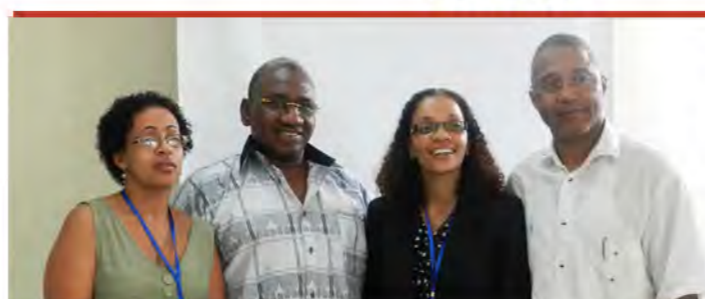
Neste número do "Alerta" faz-se o ponto da situação do processo de aprovação da nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas, dá-se notícia da missão que um grupo de auditores efectuou junto do Tribunal de Contas de Portugal, faz-se referência, entre outros assuntos, à primeira reunião do Comité de Coordenação do Projecto Pro.Palop – TL-ISC e bem assim à sessão de restituição de formações e actividades do Crefiaf.

Igualmente é referida a apresentação e socialização do Estatuto de Pessoal do Tribunal de Contas e de igual modo o Seminário da socialização das Instruções de Prestação de Contas do TCCV e do Regulamento Financeiro das Missões Diplomáticas, na óptica de prestação de contas, e a ter lugar nos dias 5 a 9 de Maio próximo.

Tenha uma boa leitura,

A Direcção

Sessão de restituição de formações e actividades do CREFIAF



No dia 10 de Março passado a Directora dos Serviços Técnicos do Tribunal, Dra. Marta Neves conjuntamente com a auditora Maria Jessus

Andrade promoveram uma sessão de restituição destinada aos quadros dirigentes do Tribunal, e tendo como tema a Reunião Preparatória dos Instrutores de Atelier Local isto no quadro das formações e actividades do Crefiaf. A mesma contou ainda com a participação do instrutor do Crefiaf, M. Aguibou Guissé, do Mali, que se deslocou ao nosso país expressamente para o efeito. Na ocasião deram a conhecer os trabalhos desenvolvidos e as etapas subsequentes bem como



as actividades inseridas no Acordo de Cooperação em curso a serem desenvolvidas em Cabo Verde. Na mesma sequência, a Auditora, Maria Jesus Andrade, restituiu numa primeira fase, o Seminário Controlo de Qualidade também realizada pelo CREFIAF de forma a sensibilizar os dirigentes do Tribunal para os aspectos relacionados com a importância do Qualidade, do Controlo Qualidade e do Sistema de Controlo Qualidade (SCQ) para as instituições superiores de controlo. A oportunidade foi aproveitada para, na qualidade de Técnica, apresentar formalmente ao Tribunal um proposta do SCQ derivada da própria orgânica, estrutura interna e outros documentos de planeamento macro institucional existentes, os respectivos custos de implementação e desenvolvimento no horizonte 2013-2015, bem como, a avaliação dos potenciais risco incorridos na sua implementação.

Apresentação e Socialização do Estatuto de pessoal do Tribunal de Contas



Decorreu no passado dia 11 de Abril nas instalações do Tribunal de Contas e com a presença do Senhor Presidente Dr. José Carlos da Luz Delgado e do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública

Dr. Romeu Modesto, uma reunião de apresentação e socialização da proposta de Estatuto de Pessoal do Tribunal de Contas a ser submetida à aprovação do Governo. No encontro em causa participaram todos os quadros do Tribunal que aproveitaram a ocasião para solicitar esclarecimentos sobre as principais questões que mais os preocupavam, nomeadamente, a integração e transição dos técnicos para o novo quadro, bem assim, as questões relacionadas com a progressão e promoção dos mesmos.



Tanto o Senhor Presidente como o Senhor Secretário de Estado responderam a estas e outras questões que ficaram lavradas em acta a fim de serem introduzidas nas disposições finais e transitórias do referido Estatuto.

Jornadas de Reflexão Técnica do Tribunal de Contas

Proseguem as jornadas de reflexão dirigidas ao pessoal técnico e inauguradas no passado mês de Fevereiro. Este II.º encontro teve lugar no passado mês de Março com a presença dos Senhores Juizes Conselheiros, Auditores e demais pessoal do TCCV, tendo sido discutido o tema: Fiscalização e Controlo – o caso da contratação Pública cabo-verdiana.



A apresentação esteve a cargo da Auditora Geral, Carla Bettencourt, que para além de discorrer sobre as "Normas e procedimentos de contratação pública de bens e serviços", passou em revista a evolução recente no nosso país de todo o "processo de aquisição pública que se quer moderna, ágil e que se traduza, em simultâneo, em racionalização das despesas do Estado". Na ocasião aquela Auditora frisou que as iniciativas de modernização em curso no nosso país demonstram o empenho do Governo na construção de uma Administração Pública moderna, e que acrescente valor para todos os intervenientes. Assim, a modernização do processo de aquisição pública é reconhecida como área fundamental para a uniformização processual e racionalização das despesas do Estado. Neste quadro, o Regime Jurídico das Aquisições Públicas – RJAP veio a ser aprovada pela Lei n.º 17/VII/2007, de 10 de Setembro sendo regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 1/2009 de 5 de Janeiro.



Os contratos celebrados para efeitos de empreitadas e concessões de obras públicas também são objecto do regime jurídico das aquisições públicas, contudo, dado a sua complexidade, seu regulamento e desenvolvimento não serão tratados na apresentação deste tema, incidindo apenas sobre os bens e serviços. O Sistema Regulado de Contratações Públicas prossegue os seguintes objectivos basilares:

- Assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos no processo de contratação pública;
- Garantir a sã concorrência no mercado das contratações públicas; e
- Promover e assegurar a ética na gestão e nos procedimentos, reprimindo quando necessário, e prevenindo permanentemente contra a infiltração de interesses ilegítimos que ameacem perverter a contratação pública.

O Tribunal em Sessão Plenária



O Plenário do Tribunal de Contas esteve reunido em sessões plenárias nos passados dias 01, 10 e 24 de Abril, tendo apreciado e julgado os seguintes documentos:

- **Sessão do dia 01 de Abril:**
Apreciação do recurso do Ministério Público, relativo ao processo nº05/RV/14, tendo em conta o despacho do Juiz de turno de 24 do mês corrente.
- **Sessão do dia 10 de Abril:**
Apreciação e Julgamento do Processo nº02/R-MP/12, referente ao recurso interposto pelo Sr. Representante do Ministério Público, relativa a nomeação do Sr. Jerilson Evandro Lopes Mendonça, para exercer o cargo de chefe da Repartição das Finanças no Concelho de Santa Cruz. Relator: S. Excia. Sr. Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado.
Apreciação e Julgamento do Processo nº07/R-MP/12, referente ao recurso interposto pelo Sr. Representante do Ministério Público, relativa a nomeações dos Srs. João Augusto da Cruz Chantre e Pedro Emiliano de Oliveira Correia, para desempenharem as funções de chefe de Repartição das Finanças de São Vicente e Boa Vista. Relator: S. Excia. Sr. Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado.
Apreciação e Julgamento do Processo nº04/R-MP/12, referente ao recurso interposto pelo Sr. Representante do Ministério Público, relativa a nomeação do Sra. Cláudia Sofia Abreu Martins Lima, para exercer as funções de Director de Serviço da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna. Relator: S. Excia. Sr. Juiz Conselheiro, Dr. Horácio Fernandes.
Apreciação e Julgamento do Processo nº05/R-MP/12, referente ao recurso interposto pelo Sr. Representante do Ministério Público, relativa a nomeação do Sr. Daniel Santos Lobo, para desempenhar as funções de Director dos Serviços Antifraude. Relatora: S. Excia. Sra. Juiz Conselheiro, Dra. Sara Boal.
Apreciação e Julgamento do Processo nº06/R-MP/12, referente ao recurso interposto pelo Sr. Representante do Ministério Público, relativa a nomeação da Sra. Zuleica Gomes Santos, para exercer as funções de Directora dos Serviços de atendimento à Família da Direcção Geral de Solidariedade do Ministério de Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Relatora: S. Excia. Sra. Juiz Conselheiro, Dra. Sara Boal.
- **Sessão do dia 24 de Abril:**
Apreciação e Julgamento dos Processos nº 09/CG/09, 14/CG/10, 29/CG/11 e 20/CG/12, referente às Contas de Gerência da Alfândega de Espargos, relativa aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Relator: S. Excia. Sr. Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado.
Apreciação e Julgamento dos Processos nº 55/CG/07, 51/CG/08, 32/CG/09 e 59/CG/10, referente às Contas de Gerência da Agência de Regulação Económica, relativa aos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009. Relator: S. Excia. Sr. Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado.

VAI ACONTECER

Seminário de Socialização das Instruções de Prestação de Contas do TCCV e do Regulamento Financeiro das Missões Diplomáticas, na óptica da Prestação de Contas.

O Tribunal de Contas conjuntamente com o Mirex (Ministério das Relações Exteriores) promove de 05 a 09 de Maio corrente o II.º encontro de socialização/formação destinado aos quadros das Embaixadas e Serviços Consulares encarregues da Gestão Administrativa e Financeira dos mesmos. Este seminário vem na sequência de um primeiro realizado no ano de 2009 em Lisboa e tem como objectivo principal divulgar e recolher subsídios quanto à proposta de novas instruções de prestação de contas ao TC-CV, e aplicáveis àqueles serviços, e bem assim, de um novo Regulamento Financeiro em fase de elaboração pelo Ministério das Relações Exteriores. Igualmente será ocasião para se apresentar aos participantes o Novo Classificador das Receitas e das Despesas aprovadas por Decreto Governamental. Pretende-se finalmente com este encontro capacitar os quadros que nele irão participar no sentido de melhor compreenderem os vários modelos que enformam a Prestação de Contas das Entidades que representam.

ACONTECEU

Nova Lei de Organização e Funcionamento do Tribunal de Contas

No quadro do processo tendente à aprovação da nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas, uma representação da Instituição integrada pelo Senhor Juiz-Conselheiro Horácio Fernandes, pelo Senhor representante do Ministério Público, Dr. João Pinto Semedo, e pelo Senhor Coordenador da equipa da fiscalização preventiva, Dr. João da Cruz, reuniu-se no passado dia 23 com os Representantes dos Grupos Parlamentares dos Partidos com Assento Parlamentar, PAICV e MPD, com vista ao esclarecimento de alguns aspectos considerados relevantes da mesma, nomeadamente a fiscalização concomitante, o funcionamento das secções e o poder de realização das auditorias. No seguimento deste encontro e com vista a se encontrar as melhores soluções que possam responder às aspirações e preocupações de todos os envolvidos neste processo, as lideranças dos grupos parlamentares tornaram público que a referida proposta de lei será objecto de apreciação dos Senhores Deputados na próxima sessão do mês de Maio.

Auditores do TCCV efectua missão junto do Tribunal de Contas de Portugal



No âmbito do plano de actividades para o ano de 2014 e da cooperação com o Tribunal de Contas de Portugal deslocou-se a Portugal, uma equipa de três técnicos da fiscalização sucessiva, área de Municípios suas associações e Escolas Secundárias, com o objectivo de participarem no estágio realizado pelo Tribunal de Contas que decorreu durante o período de 24 a 28 de Março de 2014. A equipa foi constituída pelos auditores Mário Amaro Tavares, Filomeno Tavares Soares de Carvalho e Ilda Rocha Barbosa Miranda. O estágio decorreu nas instalações do Tribunal de Contas em Lisboa e teve como objectivo a capacitação dos técnicos, transmitindo-lhes conhecimentos sobre a organização e funcionamento do Tribunal de Contas, os procedimentos de verificação interna de contas, experiência do Tribunal de Contas de Portugal relativamente a prestação electrónica de contas, organização e função do Ministério Público junto de Tribunal de Contas e o funcionamento do departamento de auditoria. A realização do estágio contou com a colaboração de diversos formadores, do Tribunal de Contas de Portugal, abrangendo diversas áreas de actuação do Tribunal.

Primeira reunião do Comité de Coordenação do Projecto das Competências Técnicas e Institucionais das ISC, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e Timor Leste



Teve lugar no passado dia 16 de Abril na sala de reuniões do Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV), a primeira reunião do Comité de Coordenação de País para Cabo Verde (CCP-CV). A mesma teve como principais pontos da ordem de trabalhos, a aprovação dos TdR do Comité, bem como a discussão e aprovação dos Planos de trabalho para os anos de 2014/2016.

Ao encontro estiveram presentes representantes das instituições beneficiárias directas do projecto, do Serviço do Ordenador do FED, do Escritório do PNUD (Administrador do projecto) e da Delegação da União Europeia (financiador integral do projecto) na Praia. Presidida pelo Exmo. Sr. José Carlos Delegado, Presidente do TCCV, na qualidade de co-presidente do Comité de Coordenação de País em Cabo Verde (CCP-CV), este reações os principais desafios potenciais à execução e implementação eficaz do PTA do projecto em Cabo Verde, tendo alertado para a necessidade das insituições beneficiárias do projecto assegurarem o seguimento contínuo e adequado da implementação do PTA e da execução das acções no terreno.